



PROPOSTA DE PLANO DE AULA CONSTRUÍDA NO PIBID

**MURILO DE LIMA CHAVES¹; EDUARDO DO COUTO FERREIRA²; BRUNA
TESSMER SALVADOR**

¹*Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)*

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

murilochaves3001@gmail.com

²*Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)*

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

noobintenso@gmail.com

³*Professora da Rede Municipal de Pelotas - Supervisora PIBID - História*

brunatessmer@gmail.com

INTRODUÇÃO

O exercício da docência é uma tarefa difícil, em se tratando do contexto brasileiro, essas dificuldades se acentuam ainda mais em virtude da desigualdade social e escassez de investimentos públicos. Nos primórdios do ensino, um dos maiores entraves era a elitização da educação.

Atualmente no entanto existem as instituições de ensino públicas (para diferentes níveis), e o acesso se propõe de maneira universal, processo que vem de encontro aos princípios e propostas do processo de democratização da educação através de diferentes linhas de atuação (gestão democrática, acesso universal, etc) e locais de desenvolvimento (LEMUS, 2010, p.2).

Contudo a falta de acessibilidade à educação acentuou-se ainda mais em decorrência da pandemia ocasionada pela Covid-19, e com a inserção do contexto de ensino a distância que se inseriu na vida escolar e doméstica de todas as pessoas envolvidas nesse processo.

Os desafios que o ensino a distância impõe são diversos, que vão desde a acessibilidade (seja com o processo de possuir meios para acessar os conteúdos ou com a inclusão de alunos com deficiência) citada anteriormente. Nesse sentido, até mesmo os dados podem nos levar a conclusões equivocadas, haja visto que segundo o censo de 2019 mais de 88% dos estudantes com mais de 10 anos possuíam acesso à internet, contudo o levantamento não faz o recorte sob as diferentes formas dentre as quais pode se dar esse acesso, onde muitas vezes um smartphone pode ser utilizado por uma família inteira para todas as atividades daquele núcleo (BRASIL/Agência Brasil;2021).

Nesse contexto, a elaboração de um plano de aula torna-se uma tarefa complicada, pois deve abranger tanto os alunos do ensino presencial quanto à distância. Portanto, esse trabalho tinha como objetivo compartilhar as ideias por trás do desenvolvimento de um plano de aula para alunos com deficiência visual (total ou parcial) inserido no contexto atual, com foco no 6º ano do ensino fundamental,



baseando-se na unidade de conhecimento que trata das teorias de deslocamentos e origem da humanidade”, conforme a BNCC (BRASIL, 2019, p. 572).

METODOLOGIA

Inicialmente, foram cogitados diversas formas de abordagens a fim de tornar o conteúdo mais atrativo para os discentes. As ideias permearam a utilização de exemplos de conteúdos fictícios (com os quais os alunos tenham contato, como desenhos animados) que se passem no período pré-histórico para dar uma contextualização e ponto de partida para o assunto, mas por acreditar que muitas das vezes esses conteúdos podem acabar sendo contraproducentes por demonstrarem informações equivocadas, optou-se pelo exemplo do fóssil de Luzia. Artefato que está diretamente ligado com as teorias dos deslocamentos da raça humana, e ainda remete ao tema dos museus, já que a instituição onde o artefato se encontrava sofreu um incêndio em 2018.

Após comentar e dialogar sobre o fóssil e o museu com a turma para despertar curiosidade sobre o assunto, abriu-se uma lacuna que poderia ter sido preenchida de diversas formas para tratar do mesmo, contudo pensando na ideia de que o plano deveria abranger tanto uma aula presencial quanto virtual, optou-se por uma explicação oral por parte dos professores. A ideia aqui é que o docente faça previamente um resumo para apresentar aos alunos nesse momento, sendo este baseado no material didático ao qual os educandos tenham acesso previamente, o escolhido para o ponto de partida foi a teoria dos *Dois Componentes Biológicos*, proposta por Walter Neves e Luís Piló, em seu livro: “*O Povo de Luzia - Em busca dos primeiros americanos*”.

Naturalmente, após a exposição, foi pensado em um momento para sanar eventuais dúvidas que a turma venha a ter e abrir espaço para construção do diálogo e entendimento coletivo entre o grande grupo, apoiando-se na proposta de desconstrução do processo educativo, que discuta o tema sob um prisma mais amplo que a simples narrativa avaliando o exemplo trazido como componente de um tecido social distinto do nosso mas que guarda em si suas particularidades, peculiaridades e potencialidades (TORELLY; PEREIRA, 2010).

Para complementar o conteúdo, foi pensada a adição de um vídeo sobre a matéria, intitulado “*O fóssil de Luzia Lagoa Santa e Curiosidades da Pré-História Brasileira*”, disponível na plataforma Youtube. Cabe aqui ressaltar que por tratar-se de um plano pensado para uma turma de alunos com deficiência visual (total ou parcial) os docentes se submeteram com antecedência a uma formação online (disponível através da plataforma *Escola Virtual GOV*) que possui um total de 40 horas e conta com certificação; O objetivo foi justamente se aprofundar no processo de descrição de imagens a fim de poder garantir pleno aproveitamento ao alunado tanto online quanto presencial. Entretanto ainda faltava uma forma de avaliar se a turma havia compreendido a proposta e o conteúdo, nesse sentido surgiu a ideia de fazer uma avaliação que fosse leve, e deixasse a turma mostrar a forma como construiu o conhecimento do tema. A avaliação foi projetada através de questões escritas pelos próprios alunos, que seriam embaralhadas e trocadas entre os mesmos para que pudessem responder. Aqui surgiu um pequeno impasse, pois tendo em vista que a turma teria alunos com baixa visão, o processo de escrita e troca de perguntas poderia ser dificultado. Porém, esse impasse pode ser resolvido



de forma simples, supondo que um aluno escrevesse em braille e outro em ampliado, após a troca das questões, bastaria apenas solicitar ao que escreveu em braille ditar a questão para que o receptor possa à executar, e no caso oposto, apenas inverte-se a ordem, de forma que todos sejam contemplados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O plano foi desenvolvido dentro de uma proposta do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência (que tem mantido suas atividades de forma online em decorrência do atual contexto) onde os pibidianos tinham de montar planos de aula para alunos com deficiências ou transtornos diversos, nesse sentido o resultado e a discussão encontram-se miscigenados.

Podemos ressaltar no entanto que o resultado inicial foi atingido logo após a conclusão do plano em si, haja visto que apesar de estarmos inseridos em um contexto de formação enquanto futuros docentes, a academia ainda não encontra-se profundamente inserida no processo de desenvolvimento da educação inclusiva, motivo que torna atividades como essa essenciais a formação de futuros professores ao passo que o processo de construção se revela desafiador.

Contudo, mesmo conscientes de que esses alunos também estarão entre as nossas fileiras ao iniciarmos a vida profissional não podemos ignorar o fato de que a educação inclusiva é um processo que se estende entre os educadores e as famílias sendo respaldado legalmente e cabendo aos envolvidos a cobrança junto ao estado para que se possa garantir recursos adequados para o processo de ensino aprendizagem dessa camada social (SOUSA;SOUSA, 2016)

CONCLUSÕES

O Brasil, segundo o censo, divulgado pelo IBGE no ano de 2018 contava com 1,2 milhão estudantes que possuíam algum tipo de transtorno ou deficiência matriculados nas instituições de ensino básico (TOKARNYA/Agência Brasil; 2019).

Mesmo com esse elevado número de alunos e a previsão constitucional para que os recursos acessíveis estejam presentes desde a mobilidade (adaptação de espaços físicos) aos mecanismos para que todos tenham o mesmo aproveitamento das aulas e suporte através da sala de recursos especiais, a realidade que se impõe é diferente fazendo com que o número de discentes diminua com o processo de evasão conforme o avanço dos anos no ensino.

A constante diminuição de recursos enviados para manutenção do processo educacional público tem se agravado após a aprovação da emenda constitucional 95, conhecida como “Teto de gastos”, que congelou os investimentos sociais por vinte anos, agrava ainda mais o processo de democratização e universalização do sistema de educação brasileiro fazendo com que toda sociedade seja atingida, processo que se agrava ao olharmos para a população com transtornos ou deficiências. É necessário pautar a educação como o centro de desenvolvimento social em suas mais diferentes vertentes, fortalecer o ensino público e garantir que esses alunos tenham seus direitos básicos (como acesso a serviços essenciais) que devem ser ofertados pelo estado garantidos dentro do qual está o processo de aprendizagem e formação. Ao passo que colocamos essa cobrança como central



para a garantia da igualdade de oportunidades é coerente iniciar a discussão nos meios acadêmicos sobre o acesso dessas pessoas a esse espaço como consequência do cumprimento do requisito básico citado anteriormente. A dupla responsável pelo desenvolvimento deste plano teve o primeiro contato acadêmico com a educação inclusiva através do programa que compõem, o que por um lado é reconfortante saber que há espaço para esse desenvolvimento formativo e preocupante pelo outro, haja visto que a academia não se debruça sem ser de forma extremamente superficial sobre essas questões.

A reflexão que fica é: Se estamos formando professores, que dentre outras atribuições são responsáveis pelo processo de formação cidadã dos educandos, em um país onde é amplamente defendida a universalização do processo educacional temos o dever de incluir a formação inclusiva sob pena de estarmos inserindo na sociedade profissionais que não estejam preparados para atender a todas as demandas que se apresentarem. O processo de formação deve estar sempre aberto a constantes atualizações assim como a sociedade encontra-se em permanente transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, (2019, p. 572)
BRASIL. Ministério da Educação. EGOV, Introdução à áudio descrição (2021). Disponível em: <https://mooc38.escolavirtual.gov.br/course/view.php?id=474>

BRASIL, Cristina Indio. Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE. 2021. Disponível em:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/acesso-de-estudantes-internet-aumenta-para-881-em-2019-diz-ibge>](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/acesso-de-estudantes-internet-aumenta-para-881-em-2019-diz-ibge)

Canal 360 meridianos, “O fóssil de Luzia, Lagoa Santa, e curiosidades da Pré-História (Origens #BR2)”. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=EsT6_Bhtd2Y

LEMUS, M.L.A. Democratização da educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Por uma aula não narcísica: como representar “o outro” no ensino da História. In: Café História – história feita com cliques. Disponível em:

<https://www.cafehistoria.com.br/por-uma-aula-de-historia-nao-narcisica/>.

Publicado em: 28 fev. 2020. ISSN: 2674-5917.

SOUZA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. Estação Científica UNIFAP.

Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>

TOKARNIA, Mariana. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais>